



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E SOCIAIS APLICADAS – CCEA
CAMPUS VII – GOVERNADOR ANTÔNIO MARIZ
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA - PARFOR**

ESTÁGIO SUPERVISIONADO: discussões curriculares

JOZINALDA DANIEL DA NÓBREGA

PATOS-PB

2019

JOZINALDA DANIEL DA NÓBREGA

ESTÁGIO SUPERVISIONADO: discussões curriculares

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Pedagogo.

Orientador: Prof. Me. Jorge Miguel Lima Oliveira

PATOS-PB

2019

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

N754e Nobrega, Jozinalda Daniel da.
Estágio supervisionado [manuscrito] : discussões curriculares / Jozinalda Daniel da Nobrega. - 2019.
26 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação EAD em Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, EAD - Patos, 2019.
"Orientação : Prof. Me. Prof. Msc. Jorge Miguel Lima Oliveira, Coordenação do Curso de Matemática - CCEA."
1. Estágio Supervisionado. 2. BNCC. 3. Formação Docente. I. Título
21. ed. CDD 371.225

JOZINALDA DANIEL DA NÓBREGA

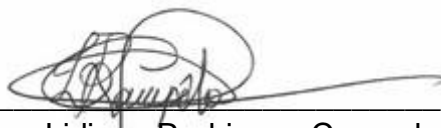
ESTÁGIO SUPERVISIONADO: discussões curriculares

Artigo apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, ofertado pelo Programa Nacional de Formação de Professores (PARFOR) em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

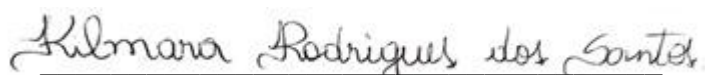
Aprovado em 30 de maio de 2019.



Prof. Msc. Jorge Miguel Lima Oliveira /UEPB
Orientador



Prof. Msc. Lidiane Rodrigues Campelo/ UEPB
Examinadora



Prof. Msc. Kilmara Rodrigues dos Santos / UEPB
Examinad

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	METODOLOGIA: o Estágio como Pesquisa.....	9
2.1	Instrumento de coleta de dados: Pesquisa qualitativa na modalidade participante ...	9
2.2	O campo e os sujeitos da pesquisa	11
3	A ESTRUTURAÇÃO CURRICULAR FRENTE À BNCC.....	13
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	17
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
6	REFERÊNCIAS	21
7	ANEXOS.....	Erro! Indicador não definido.
7.1	Fotos da observação.....	24
7.2	Projeto de intervenção	25

ESTÁGIO SUPERVISIONADO: discussões curriculares

JOZINALDA DANIEL DA NÓBREGA¹

RESUMO

Este artigo aborda as implicações no ensino com a promulgação da BNCC que foi pensada para servir de referência para escolas e professores de todo país. A base é um documento que define as aprendizagens essenciais para a Educação básica de todo o país tanto nas escolas das redes públicas quanto nas particulares. Assim todas as escolas, precisarão se adaptar ao que a BNCC determina que seja aprendido pois a mesma servirá de norte para elaboração de currículos, estruturação do ensino que deve se alinhar ao que propõe as 10 competências gerais que toda criança precisa desenvolver durante a Educação Básica. Essas competências prever o ensino pautado no sentido de desenvolver o pensamento crítico, a autonomia, a resolução de problemas, a argumentação, a entender e produzir tecnologias, a trabalhar em grupo, a respeitar as diferenças formando assim cidadãos bem preparados para os desafios do mundo moderno. Com o estabelecimento da BNCC com eixo norteador de todas as práticas educativas que envolvem o ensino fundamental em nosso país, começando pela estruturação curricular, perpassando a formação inicial e continuada de professores, as mudanças necessárias nos materiais didáticos pedagógicos incluindo a reformulação dos livros didáticos uma vez que este evidencia-se como um dos materiais mais utilizados nas salas de aula da Educação básica como aponta muitas pesquisas na área.

Palavras-Chave: Estágio Supervisionado. BNCC. Formação Docente.

ABSTRACT

This article discusses the implications in teaching with the enactment of the BNCC which was designed to serve as a reference for schools and teachers from all over the country. the base is a document that defines the essential learnings for basic education across the country both in schools and in the public networks. So all schools, will need to adapt to what the BNCC determines to be learned because it will form the North to draw up curricula, structuring the teaching that must align to that proposes the General 10 skills every child needs develop during the basic education. These skills provide guided education to develop critical thinking, autonomy, problem-solving, reasoning, to understand and produce technologies, working in groups, to respect the differences to form good citizens prepared for the challenges of the modern world. With the establishment of the BNCC with guiding axis of all practices educat.

Keywords: Supervised Internship. Literacy. Teacher Education.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como propósito uma reflexão sobre as competências e as habilidades essenciais para os alunos da educação básica proposto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Destaca a importância do professor no processo de ensino e aprendizagem, quais as competências e habilidades necessárias para ele, especialmente com foco na prática pedagógica, numa visão mais próxima da sala de aula possibilitando que o aluno no fim dos anos iniciais tenha consolidado as aprendizagens previstas para essa etapa da educação básica.

Apointa também algumas reflexões sobre as adaptações necessárias nos livros didáticos, como estes precisam se articular para atender às exigências da BNCC uma vez que, a partir de sua homologação, se faz necessário a quebra de paradigmas nos processos de ensino e aprendizagem em todos os aspectos. Uma vez que.

Antes da BNCC os editores (e professores) tinham uma margem de manobra maior na questão do conteúdo, agora, além dos conteúdos definidos (baseados em competências) terão ainda definido o próprio sequenciamento dos conceitos envolvidos nos conteúdos. E de quebra, a questão das habilidades socioemocionais. FREITAS, 2017

Segundo o autor citado, antes da BNCC, os conteúdos eram vistos como o principal foco da aprendizagem, com a BNCC o processo central passa a ser as dez competências gerais. Com esse propósito, os conteúdos precisam ser alinhados as 10 competências que perpassam toda educação básica, implicando na mudança de concepção de ensino e aprendizagem, visto que, como podemos constatar na BNCC, essas competências não são componentes curriculares, pois não define uma aula específica para trabalhar de forma isolada.

Por isso, se faz necessário, a elaboração ou reestruturação dos currículos nas redes e sistemas de ensino. Sabemos que o currículo é que direciona todas as atividades escolares. Nesse caso, como aponta COLL (2003. P,45) podemos entender

O currículo como o projeto que preside as atividades educativas escolares, define suas intenções e proporciona guias de ação adequadas e úteis para os professores, que são diretamente responsáveis pela sua execução. Para isso, o currículo proporciona informações concretas sobre que ensinar, quando ensinar, como ensinar e que, como e quando avaliar.

Portanto, se faz necessário estabelecer algumas finalidades no processo ensino aprendizagem. Primeiro é a seleção de conteúdos, “o que ensinar” segundo, considerar o público alvo, “para quem ensinar”, e por fim, as metodologias a serem utilizadas no ensino “como ensinar”. Lembrando que nessa perspectiva o protagonista é o aluno. Sendo assim, o professor assume o papel de mediador da aprendizagem, sem esquecer que,

O professor que trabalha com a mediação pedagógica, significando uma atitude e um comportamento do docente que se coloca como um facilitador, incentivador ou motivador da aprendizagem, que ativamente colabora para que o aprendiz chegue aos seus objetivos {...} Dessa forma, a função do professor deixa de ser o de difundir conhecimento para exercer o papel de provocar o estudante a aprender a aprender.

O professor mediador é um inovador que busca utilizar recursos, fazer intervenções adequadas para saber se os alunos estão aprendendo o que é ensinado em sala de aula, procura buscar meios para estimular o aluno a participar da aula e aprender. Essa inovação é essencial para esse momento histórico que passa a educação de nosso país. Sobre isso, COLL (1997p 47) enfatiza “a inovação curricular não consiste apenas em mudar, ou tentar mudar, o que se ensina e se aprende na escola. Tão importante quanto o que se ensina e se aprende é *como* se ensina e *como* se aprende.”

Sendo assim, a escola na perspectiva proposta pelas 10 competências da BNCC, como prevista em BRASIL 2017, precisa ser um local de construção e produção de conhecimentos que possibilite o aluno a interagir em diferentes contextos, e que os processos de ensino tenham como referência os saberes científicos, e que esses se tornem compatíveis com concepções cotidianas dos fatos e da cultura ao seu redor.

Com esse trabalho pretendemos contribuir para uma reflexão de todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem sobre a complexidade do processo sem esquecer que ele é contínuo. Portanto, para atender aos objetivos propostos na BNCC, exige de todos um planejamento sistematizado de práticas pedagógicas significativas que não limite-se a reter informações, mas que conduzam os alunos, a investigação, julgamentos, e sobretudo que sejam capazes de argumentar individualmente e no coletivo para assim atender às necessidades e garantir os direitos de aprendizagens destes nas escolas da rede de ensino.

Como podemos perceber, a homologação da BNCC traz alguns problemas que precisam ser enfrentados por todos que fazem a educação de nosso país, por exemplo: como adaptar os currículos de modo que atenda as múltiplas exigências da BNCC?; que mudanças ou adaptações fazer no currículo? E os livros didáticos atendem ao que propõe ser ensinado? Como fica o ensino após a promulgação da BNCC? O que muda? E os professores tem formação adequada para atender a essa nova demanda de ensino?

Considerando essas questões, nosso objetivo maior, é contribuir para ampliar a reflexão de todos os envolvidos com a educação sobre as mudanças e adaptações necessárias na estruturação dos livros didáticos e nas praticas de ensino em torno das intencionalidades educativas a serem regularizadas pelas competências pautadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), mas que sejam respeitadas a autonomia e o contexto em que a escola está inserida.

Mediante as necessidades de mudanças previstas com o estabelecimento da BNCC com eixo norteador de todas as práticas educativas que envolvem o ensino fundamental de norte a sul do Brasil, na estruturação curricular, na formação inicial e continuada de professores, dentre outros aspectos, queremos nesse trabalho fazer um recorte para a necessidade da reformulação dos livros didáticos uma vez que este evidencia-se como um dos materiais mais utilizados nas salas de aula da Educação básica como aponta muitas pesquisas na área.

Esperamos que as colocações feitas nesse trabalho, não sejam recebidas como algo pronto e acabado, mas que sejam ponto de partida para reflexão de todos os envolvidos com o processo de ensino e aprendizagem, sobre como organizar os materiais didáticos sobretudo, o livro didático aliados ao planejamento pedagógico que possibilite a construção do conhecimento e de habilidades, destacando a autonomia do aluno favorecendo a formação de atitudes e valores necessários a sua vida diária.

2 METODOLOGIA: o Estágio como Pesquisa

2.1 Instrumento de coleta de dados: Pesquisa qualitativa na modalidade participante

A presente pesquisa se caracteriza como bibliográfica qualitativa na modalidade participante. De acordo com Gil (2010, p.29), “a pesquisa bibliográfica é

elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações, e anais de eventos científicos”. No entanto, ainda conforme o autor, devido a grande variedade e formatos de informações presentes hoje em dia, “estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como material disponibilizado pela internet” Id.Ibid.

Sobre a pesquisa bibliográfica” Id. Ibid esclarece que “praticamente toda pesquisa acadêmica requer em algum momento a realização de trabalho que pode ser caracterizado como pesquisa bibliográfica” segundo ele, essa comprovação, deve-se ao fato de atualmente na maioria das dissertações desenvolvidas, um capítulo é reservado à revisão bibliográfica, cuja elaboração tem o propósito de fornecer fundamentação teórica ao trabalho bem como situar os conhecimentos do tema proposto.

Sendo assim, a revisão de literatura é indispensável na elaboração de um trabalho de pesquisa com qualidade, pois, é a partir dela que se constrói o referencial teórico, a veracidade das informações com o proposito de melhor discutir os resultados e responder de forma sólida o problema de pesquisa.

A pesquisa terá caráter qualitativo, uma vez que busca entender as implicações da BNCC sobre as mudanças necessárias nas práticas de ensino da educação básica com um recorte para os anos iniciais que é o foco de nosso estudo. Segundo Botelho e Cruz, (2013, p. 54)

A pesquisa qualitativa é basicamente aquela que busca entender um fenômeno específico em profundidade” Ao invés de estatísticas, regras e outras generalizações, ela trabalha com descrições, comparações, interpretações, e atribuições de significados possibilitando investigar valores, crenças, hábitos, atitudes, e opiniões de indivíduos ou grupos.

Além de qualitativa é também participante uma vez que a pesquisa participante “é aquela em o pesquisador, para realizar a observação dos fenômenos, compartilha a vivência dos sujeitos pesquisados, participando, de forma sistemática e permanente, ao longo de toda pesquisa, das suas atividades” SEVERINO (2007, p.120). Em outras palavras, a pesquisa participante tem como finalidade “auxiliar a população envolvida a identificar por si mesma os seus problemas, a realizar a análise crítica destes e a buscar as soluções adequadas” Gil (2010, p. 43, apud, LE BOTERF, 1984).

2.2 O campo e os sujeitos da pesquisa

O Estágio Supervisionado é uma etapa indispensável no processo de formação no curso de pedagogia, pois é no estágio que o aluno/estagiário tem a oportunidade de observar e vivenciar na prática todos os conhecimentos e teorias adquiridos ao longo de sua formação. Além disso, estabelecer essa articulação teoria e prática possibilita ao estudante estagiário desenvolver atitudes de estudos e pesquisas frente a seu futuro campo de atuação. Pois, “o estágio como campo de conhecimento e eixo curricular central nos cursos de formação de professores possibilita que sejam trabalhados aspectos indispensáveis à construção da identidade dos saberes e das posturas específicas ao exercício profissional docente” Garrido (2004, p.61).

Para nortear nosso estágio, seguimos o roteiro de observação das aulas do ensino fundamental sugerido pelo nosso orientador. O roteiro composto de diversas questões que pretendiam direcionar nosso olhar para o que é a essência da prática pedagógica na sala de aula do Ensino Fundamental anos iniciais.

No nosso primeiro contato com a escola, quando nos apresentamos para o estágio fomos bem acolhidos pelos funcionários, alunos e professores. Por ser uma escola localizada na zona rural, funciona em regime multietapa atendendo a alunos da educação infantil ao 5º ano dos anos iniciais do ensino fundamental de nove anos.

A escola não tem um diretor ou diretora todos os dias para responder sobre as questões eventuais já que o mesmo responde também por outras escolas do município. Nesse caso, o diretor faz visita periódica na escola assim como o coordenador pedagógico. Em caso de questões simples, o próprio professor quem responde ou resolve, quando se trata de casos mais graves, é acionado o responsável para solucionar o problema junto com todos os interessados.

Quanto ao espaço da sala, é organizado de forma comum, as carteiras em fileira. O mobiliário é adequado, as carteiras são de acordo com a faixa etária das crianças e em quantidade suficiente para todos. O ambiente é acolhedor, porém, não estimula a aprendizagem como propõe as novas diretrizes e documentos oficiais porque falta alguns elementos como cartazes, o calendário, números, e alfabeto, e cantinho da leitura organizado.

Sobre o trabalho pedagógico, observamos que a professora participa do planejamento. Porém sente dificuldades em direcionar as atividades atendendo aos diferentes saberes dos alunos. Constatamos isso, ao observarmos poucas atividades individuais, a maioria são realizadas de forma coletiva. Acreditamos que, essa forma de direcionar o trabalho pedagógico proposto pela professora, dificulta a aprendizagem e socialização de alguns alunos visto que, na sala tem alunos de duas séries, no caso, 3º e 4º ano. Além disso, tem alunos com níveis diferenciados de leitura e escrita. Alguns ainda não lê nem escrevem enquanto outros leem e escrevem fluentemente.

Observamos que a professora seguiu uma sequência de atividades que havia sido proposta e discutida no planejamento pedagógico com o tema Tempo para gostar de ler que contemplava leitura de contos modernos e de contos clássicos. A proposta de trabalhar atividades sequenciadas é sem dúvida uma excelente proposta para o trabalho em sala de aula, porém precisa ser direcionado conforme o interesse e a necessidade de aprendizagem dos alunos.

Sobre essa modalidade, no livro Ensino Fundamental de Nove anos, traz o artigo de Alfredina Nery Modalidades organizativas do trabalho pedagógico: Uma possibilidade. Nesse artigo, ela seleciona quatro modalidades que em sua visão podem contribuir bastante para a organização do tempo pedagógico e da aprendizagem, são elas: atividade permanente, sequências didáticas, projetos e atividades de sistematização.

Assim como Alfredina Nery também acreditamos que esse modelo de atividade favorece o ensino e aprendizagem da leitura e escrita. Mas precisa ser muito bem planejado conforme a realidade da sala de aula onde além da faixa etária, precisa também considerar os níveis de aprendizagem presentes na sala de aula. O que ao nosso ver, na sala de aula observada não teve essa direção. Embora a professora, tenha seguido o roteiro, em alguns momentos, não foi bem direcionado porque nem todos os alunos prestaram atenção na explicação. Nos momentos da leitura e escrita, percebemos que a professora não teve o cuidado de planejar atividades que atendesse aos diferentes níveis de leitura e escrita dos alunos presentes na sala.

Essa preocupação em atender os saberes diversos, é uma necessidade na sala de aula. Como já evidencia alguns programas de formação de professores do MEC a exemplo dos Parâmetros Curriculares Nacionais, (PCNS), do Programa de

Formação de Professores Alfabetizadores (PROFA), do Pro-letramento, e do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Assim como do Pacto pela Aprendizagem na Paraíba (SOMA), do governo estadual.

Segundo os programas citados, as atividades propostas em sala de aula devem propor desafios aos alunos sendo que elas não podem ser nem tão fáceis nem tão difíceis. Na atividade proposta, a professora não levou isso em conta ficando bastante evidente que para alguns alunos, a tarefa não teve nenhum desafio, para outros, teve desafio demais e esta não fez nenhuma intervenção para facilitar na execução da mesma.

3 A ESTRUTURAÇÃO CURRICULAR FRENTE À BNCC

A homologação da BNCC emerge um novo contexto para o cenário da educação do país, implicando em diversas mudanças em todos os setores da educação, por conta disso, “tem sido um dos assuntos mais falados na educação ultimamente. Trata-se do documento que mais recebeu sugestões e contribuições na história do país!” (FRANÇA, 2019).

Em destaque o tópico as leis que garantem a BNCC de 1988 a 2014, do texto movimento pela base nacional comum, constata que na constituição de 1988 o artigo 210, prevê a criação de uma Base Nacional Comum Curricular para o ensino fundamental”; o mesmo acontece na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB 1996, onde no artigo 26, isso ganha reforço. E nas Diretrizes Curriculares Nacionais 1997 – 2013” o 14, assinala “uma Base Nacional Comum Curricular para toda a educação básica e a define como “conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas públicas (...)”.

Durante o processo de elaboração do documento, ainda segundo o texto citado, o Conselho Nacional de Educação (CNE) em 2017 “realizou várias audiências públicas, para discutir os documentos para as etapas da Educação infantil e do ensino fundamental. E em 2018, para a etapa do ensino médio. Além das audiências públicas, houve também muitas contribuições coletadas pelo CNE de pessoas e instituições de todo o país que deixaram sugestões nas chamadas via redes sociais em espaços reservados para o aprimoramento do texto da Base. Segundo o

movimento pela base, todas as contribuições recebidas foram analisadas e implicaram em alterações no documento até chegar a versão final que foi sancionada em dezembro de 2017.

Como podemos constatar, a BNCC traz muitos desafios aos profissionais assim como, para diversos setores ligados a educação de nosso país. Com a aprovação a BNCC torna-se “referencia nacional obrigatória para processos de elaboração de currículos e materiais didáticos, de políticas de formação de educadores, além de critérios claros de avaliação em larga escala e concursos públicos” (PEREZ, 2018.p.11).

Enfatizando que a BNCC não é currículo e sim, um referencial obrigatório para os currículos das redes estaduais, municipais e particulares do país, pautada em documentos e leis oficiais que regem a Educação de nosso país desde a constituição Federal aos dias atuais como mostra BRASIL (2018, p. 7).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)¹, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN)².

Portanto, a BNCC como documento normativo que orientará a elaboração ou reestruturação dos currículos a partir de agora, traz em seu escopo todas as aprendizagens comuns a todos os brasileiros em todas as etapas da Educação Básica cabendo às redes de ensino adapta-las a sua realidade como esclarece Menezes, (2018, p 11).

A BNCC, ao estabelecer competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos ano a ano, demanda a (re)elaboração curricular e, para isso, exige que nós, educadores, pensemos coletivamente sobre como é nossa escola e o que queremos garantir às crianças e jovens para que usufruam os direitos de aprendizagem expressos por essas competências e habilidades. Com tais definições, permite também que os pais acompanhem as condições promovidas pela escola para que as aprendizagens e o desenvolvimento possam se efetivar.

Por essas e outras questões, é que ela se configura em um grande desafio já que por si só não vai resolver os problemas da educação do país. A base é apenas um norte para elaboração de currículos como também, das propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil.

Assim sendo, a partir do que propõe a BNCC, as escolas devem pensar em como realizar métodos eficazes que sejam postos em práticas e que estes possam diminuir as desigualdades educacionais e a melhorar a qualidade da Educação de todo o Brasil, e para isso, too o ensino deve ser elaborado e planejado conforme as 10 competências abaixo recortadas de Brasil, 2018, p.11 em destaque para competências gerais da educação básica:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Nesse caso, a partir das competências e habilidades postas pela BNCC como podemos constatar, “defende a formação de um estudante que aprenda a aprender continuamente” FREITAS, 2018, p11. Nesse caso, as escolas deverão construir ou reformular seus currículos, adquirir ou elaborar materiais didáticos que sejam ideias para a implementação e efetivação que assegurem o processo de desenvolvimento e continuidade da aprendizagens das crianças e jovens. No entanto, como lembra Menezes (2018 p 08)

Cada escola reagirá de maneira própria à nova base curricular, com eventuais ajustes no currículo e na orientação de professores”. Por exemplo, ao recomendar práticas, na condução das aulas em que estudantes, em vez de reter informações, investiguem, julguem, argumentem, proponham e realizem de forma participativa, consciente e solidária, a BNCC será facilmente mais recebida em escolas que já educam com esses objetivos formativos.

Em complementação, “ao adotar esse enfoque, a BNCC indica que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências”. BRASIL, 2018 p, 11. Conforme explicito no documento, o desenvolvimento das competências, implica no que “os alunos devem “saber” ou seja, a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, e principalmente, no “saber fazer” onde esses vão mobilizar conhecimentos, habilidades, atitudes e valores na busca de soluções para situações complexas no entorno de seu dia a dia.

Conforme o exposto, os sistemas de ensino, os profissionais das escolas, e os responsáveis pelos materiais didáticos tem um grande desafio pela frente, no sentido da adaptação do ensino propostos pelas competências e habilidades que constituem os direitos de aprendizagens das crianças e dos jovens pois, trabalhar nessa perspectiva requer uma mudanças de posturas por todos os envolvidos, lembrando que os estudantes sozinhos não conseguem alcançar o que se propõe.

Então se faz necessário o envolvimento de todos, numa mesma direção, pois, “o desenvolvimento da autonomia, ocorre quando temos intencionalidade, (...) para tanto, é preciso criar um clima escolar em que todos- diretor, coordenador e professores” Perez 2018, p 16, mobilizem todos conhecimentos, saberes, e situações vividas no ambiente escolar transformando em boas situações de aprendizagem.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o estágio supervisionado no Ensino Fundamental I, anos iniciais, observamos que a professora sente dificuldades em direcionar as atividades atendendo aos diferentes saberes dos alunos. Talvez isso possa ocorrer pelo fato da mesma propor poucas atividades individuais. Observamos que a maioria das atividades realizadas são coletivas, e isso torna-se prejudicial para alguns alunos sobretudo para aqueles mais tímidos ou que tem o ritmo mais lento para entender as propostas.

Como se tratava de uma turma multisseriada, onde comporta um auto grau de heterogeneidade, isso pode trona-se ainda mais prejudicial a aprendizagem e socialização visto que, a classe comporta alunos com níveis diferenciados de leitura

e escrita. Alguns ainda não leem nem escrevem, enquanto outros leem e escrevem fluentemente.

Mesmo tendo seguido uma sequência de atividades, a mesma deixa muitas lacunas no trabalho em sala de aula, já que na maioria dos momentos não preocupou-se em atender os saberes diversos da turma embora a mesma tenha formação adequada, participa ativamente dos planejamentos e também de algumas formações continuadas de professores oferecidas pelo município em parceria com o governo federal e estadual como diz, Santos et al. p. 211 “na educação, é fundamental que os professores busquem possibilidades de atualização que acompanhem as tendências atuais de ensino”.

Sabemos que o professor tem um papel fundamental no ensino aprendizagem pois é dele toda responsabilidade na transmissão do conhecimento, cabe a ele despertar nos alunos a vontade de aprender. Conforme mesma direcionou as atividades, não foi possível a participação de alguns alunos que ficaram dispersos. E nem por isso, esta teve a preocupação de intervir de modo que esses alunos participasse.

Outro fato observado foi que, em nenhum momento, a professora utilizou o livro didático, que ao nosso ver, seria um grande aliado na sala de aula sobretudo, nesse regime multisseriado pois, enquanto ela propunha atividades diferenciadas para os alunos que ainda não dominam o sistema de escrita alfabético (SEA), os outros que já dominam teriam autonomia para realizar sozinho com apenas algumas intervenções outra atividade no livro.

Sabemos que são muitos os desafios a ser enfrentados para estimular e promover o aprendizado dos alunos e auxiliar o professor a ser mais criativo, planejar e executar aulas que desenvolvam as diferentes competências e habilidades para isso, contamos com a BNCC, que no documento segundo Santos, et al. “contém diretrizes que tendem a indicar o caminho da prática e formação docente, o ensino e a aprendizagem, bem como a elaboração do material didático a ser utilizada nas instituições de educação básica do país”.

Aqui, vamos falar do livro didático visto que, como apontam as pesquisas este é responsável em grande parte pelas organização e seleção de conteúdos, pelas atividades propostas e pelos saberes ensinados nas sala de aula de nosso país como adverte Santos et al 2017 p. 212 “o livro didático é um instrumento

pedagógico amplamente utilizado nas instituições de ensino da Educação Básica e que, a partir dele, muitos professores planejam suas aulas”.

Ainda sobre isso, Gonçalves e Melatti (2017, p.53) ressaltam que “o livro didático e o manual do professor auxiliam o planejamento, servem de material de apoio, possibilitam a formação continuada e estabelecem um elo entre o professor e aluno”. Considerando o exposto, o livro didático em grande parte, é o instrumento mais utilizado nos procedimentos de organização, e elaboração do planejamento dos conteúdos, propostas de atividades e acompanhamento dos saberes a ser ensinados na escola, por isso, como diz Santos et al. 2017, p .211 Faz-se necessário admitir que o livro didático é um dos principais apoios pedagógicos no processo de ensino e aprendizagem para docentes e discentes, e para complementar Id Ibi, (LAJOLO, 1996, p. 4), acrescenta que

[...] o livro didático é instrumento específico e importantíssimo de ensino e de aprendizagem formal. Muito embora não seja o único material de que professores e alunos vão valer-se no processo de ensino e aprendizagem, ele pode ser decisivo para a qualidade do aprendizado resultante das atividades escolares Id Ibi, (LAJOLO, 1996, p. 4).

Se o livro didático pode ser decisivo para a qualidade da educação conforme as colocações feitas, os responsáveis por sua elaboração, devem selecionar os temas, conteúdos e atividades de modo que atenda as expectativas de aprendizagem e garanta a alfabetização e o letramento dos alunos nas etapas previstas na Educação básica em todas as escolas de nosso país como prever a base.

Portanto, valendo-se das palavras de Cericato, 2018 não paginado, nesse “momento de ampla discussão sobre a adequação dos livros didáticos e dos sistemas de ensino à Base Nacional Comum Curricular (BNCC)” adapta-los à BNCC “constitui a maneira mais econômica e eficiente de melhorar o conteúdo e a aprendizagem em sala de aula”. Por isso, o livro didático, precisa o mais urgente possível adequar-se a base.

Lembrando que para isso, Brasil 2006, sugere que os temas propostos, devem abranger assuntos ligados aos aspectos sociais, físicos e culturais da atualidade pois, os alunos precisam inteirar-se das questões de cidadania, reconhecer-se como parte integrante do mundo a sua volta refletindo e agindo a esses respeito, ora como agente, ora como ser do mundo sem perder as

singularidades da infância oportunizando aos alunos momentos de diversão, aprendizagem, reflexão, e descobertas.

Se o livro didático for elaborado pensando nesse sentido, certamente irá facilitar o trabalho do professor de estabelecer um diálogo entre o conhecimento que está no manual escolar e cotidiano do aluno como sugerido na concepção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento norteador do ensino a partir de agora. Segundo o documento, para que a aprendizagem seja significativa é necessário “contextualizar os conteúdos dos componentes curriculares, identificando estratégias para apresentá-los, representá-los, exemplificá-los, conectá-los e torná-los significativos, com base na realidade do lugar e do tempo nos quais as aprendizagens estão situadas” (BRASIL, 2017, p.12)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio supervisionado vai muito além de um simples cumprimento de exigências acadêmicas. Ele é uma oportunidade de crescimento pessoal e profissional. Além de ser um importante instrumento de integração entre universidade, escola e comunidade (FILHO, 2010). Por isso, o presente estudo foi desenvolvido a fim de evidenciar a importância do Estágio Supervisionado no processo de formação do profissional docente. Também relata a importância da experiência prática aliada aos conhecimentos teóricos na vida acadêmica durante a graduação.

Atenta a essas demandas, realizei a minha intervenção considerando os critérios estabelecidos, na legislação e documentos orientadores, desenvolvendo um trabalho de forma planejada, levando em consideração conceitos que podem ser explorados por outras disciplinas tendo a leitura como foco principal promovendo o diálogo de diferentes áreas conduzindo e organizando o trabalho na sala de aula de modo a estimular os alunos, motiva-los para refletir, investigar e trocar ideias com os colegas desenvolvendo o espírito de cooperação, além de outras competências como oralidade, leitura e escrita na sala de aula.

Dessa forma, cumprimos nosso estagio acreditando ter contribuído positivamente para a ampliação e conhecimento e das habilidades necessárias a essa etapa da escolarização onde é preciso garantir ao aluno a linguagem oral, inerente a todo ser humana, a habilidade de ler (decodificar) e escrever (codificar)

procurando estabelecer relações entre os conteúdos e as situações cotidianas dos alunos estabelecendo relações entre os conhecimentos e o papel do aluno na sociedade.

Nesse momento de ampla discussão da BNCC, se faz necessário toda uma mudança de posturas tanto na prática do professor em sala de aula quanto nos materiais didáticos pedagógicos disponíveis. No caso das escolas, especificamente a sala de aula, o material mais acessível e de maior apoio para professores e alunos é o livro didático. Portanto, é nele que devemos colocar nosso maior foco nesse momento.

Para atender as novas demandas que é melhorar o conteúdo e a aprendizagem em sala de aula os livros didáticos, precisam o mais urgente possível adequar-se a base de modo a contemplar as competências gerais e específicas para cada área do conhecimento contemplando a disciplinaridade e interdisciplinaridade como mostra o material de divulgação no documento orientador pedagógico para os coordenadores das editoras Ática, Scipione e Saraiva. P. 10 “(...) obras disciplinares e interdisciplinares, que tem como eixo central o desenvolvimento das competências gerais, das competências específicas de cada área do conhecimento” além de outras previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Diante disso, como sugere Santos et al. 2017 “faz-se necessário que os professores escolham as obras didáticas tendo responsabilidade para com elas, os seus alunos e a escola em que está inserido”. Visto que, cada escola tem sua proposta pedagógica por isso, a escolha dos materiais a serem utilizados é que vai determinar a eficácia ou não nas aulas de todo o processo de aprendizagem. Dos estudantes em sala de aula.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2017. Disponível em < <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base> > Acesso em: 01/05/2019.

_____. Ministério da Educação - Secretaria da educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília MEC, SEB, 2013.

_____, LBD. Lei 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: www.mec.gov.br>. Acessado em 23/10/2012

_____. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Interdisciplinaridade no ciclo de alfabetização. Brasília, MEC/SEB, 2015. Caderno 03.

_____. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – Caderno 1 Organização do Trabalho escolar e os recursos didáticos na alfabetização. Brasília, MEC/SEB, 2015.

BOTELHO, Joacy Machado; CRUZ, Vilma Aparecida Gimenes da. **Metodologia científica** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

CERICATO, Lauri. **Os desafios da BNCC para quem trabalha com livros didáticos** publicado em: 06/08/2018 <https://www.publishnews.com.br/materias/2018/07/31/os-desafios-da-bncc-para-quem-trabalha-com-livros-didaticos> . acesso em 10/05/2019.

COLL, César. **Psicologia e currículo. Uma aproximação psicopedagógica à elaboração do currículo escolar**. São Paulo: Editora Ática, 2003

FRANÇA. Luísa **BNCC: tudo que você precisa saber sobre a Base Nacional Comum Curricular**. 28 de fev de 2019. Educação Brasileira. Disponível em: <https://www.somospar.com.br/bncc-base-nacional-comum-curricular> . acesso em: 01/05/2019.

FREITAS. Luiz Carlos de **BNCC: primeiros impactos nos materiais didáticos**. disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2017/06/14/bncc-primeiros-impactos-nos-materiais-didaticos/> acesso em 01/05/2019.

GIL. Carlos Antonio. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MENEZES. Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbetes professor mediador. Dicionário Interativo da Educação Brasileira- Educabrazil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrazil.com.br/professor-mediador/>>. Acesso em: 09/05/2019.

MENEZEZ. Luís Carlos de. **BNCC de Bolso. Como colocar em pratica as principais mudanças da Educação infantil ao Ensino Fundamental**. São Paulo: Editora do Brasil.

PEREZ. Tereza. **BNCC. A Base Comum Curricular na prática da gestão escolar e pedagógica**: São Paulo: Editora Moderna, 2018

PIMENTA, Selma Garrido, LIMA. Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência: diferentes concepções**. Revista Poiesis -Volume 3, Números 3 e 4, pp.5-24, 2005/2006 disponível em :[HTTPS://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/viewFile/10542/7012](https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/viewFile/10542/7012). acesso em 20/10/2018

_____, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção docência em formação. Séries saberes pedagógicos).

SANTOS, Wagner Dias. Et.al. **O desenvolvimento do letramento estatístico pelos livros didáticos e a base nacional comum curricular**. disponível em: <http://revista.pos.cruzeirosul.edu.br/index.php/rencima/article/view/1664>
Acesso em 10/05/2019.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda., 1998.

6 APÊNDICES

Apêndice 01 - Fotos da observação



Apêndice 02 - Projeto de intervenção



AGRADECIMENTOS

A Deus.

A Filipe e Lucas, meus filhos amados.

A minha mãe Marina.

A todos meus irmãos.

Aos que fazem o Parfor/Patos PB, especialmente Eunice pela sua humildade e Jorge Miguel meu orientador que esteve comigo desde o início.